

Capitalismo, espaço e tempo*

Luiz Augusto Estrella Faria**

*"Like the waves make towards the pebbled shore,
So do our minutes hasten to their end;
Each changing place with that which goes before,
In sequent toil all forwards do contend."*

Shakespeare, *Sonnets*.

Nas diversas culturas humanas, os indivíduos e grupos experimentaram variadas formas de se relacionar com o espaço e com o tempo; e, em um certo número dessas culturas, suas diferentes épocas ou estágios evolutivos viram mudanças nessa relação. De nosso ponto de vista ocidental e eurocêntrico, algumas dessas diferentes experiências seguem uma linha evolutiva que parece ligada ao caráter progressivo ou cumulativo da história de suas sociedades, por oposição ao caráter estacionário de outras.¹ Desde o surgimento do capitalismo, ao final da Idade Média européia, a forma de vivenciar o espaço e o tempo passou a sofrer constantes modificações, modificações estas sempre num mesmo sentido, em que os espaços vão diminuindo e o tempo parece transcorrer de forma cada vez mais acelerada. É resultante desse movimento a circunstância de homens e mulheres que vivem este fim de século experimentarem, como nunca na história, uma sensação de encurtamento das distâncias geográficas e de aumento da velocidade das transformações sociais, políticas e econômicas. Usando uma figura de analogia com a física, David Harvey (1992)

* Versão ligeiramente modificada de trabalho apresentado no III Encontro Nacional de Economia Política, Niterói, 9 a 12 de junho de 1998. O autor agradece os comentários de Pedro Fonseca e dos demais participantes.

** Economista da FEE-RS, Professor da UFRGS e Doutorando do IE-UFRJ.

¹ O sentido do progresso tem um significado próprio para cada cultura, não estando necessariamente vinculado ao desenvolvimento de forças produtivas materiais, tal como em nossa sociedade. Uma sociedade aparentemente estagnada está, na verdade, percorrendo um processo evolutivo específico (LEVI-STRAUSS, 1973).

descreve essa experiência como “encurtamento do espaço-tempo” e a interpreta como uma característica muito própria do capitalismo, exacerbada em nossos dias. Na linguagem que os meios de comunicação popularizaram para a opinião pública, a sensação de que o mundo inteiro é um vizinho e de que o amanhã já está acontecendo responde pelo nome de globalização.

O objetivo deste trabalho é lidar com a problemática do espaço e do tempo no capitalismo, buscando compreender especificamente esse processo de redução de escala dessas duas variáveis. Em lugar de fixar minha análise nas formas de representação dessas dimensões nas diferentes épocas da história capitalista, vou procurar tratar dos fenômenos materiais que estão por trás ou que inspiram essas representações sociais. A tese que vou seguir foi organizada a partir da leitura de um conjunto de autores especialmente preocupados com as transformações da forma de existência histórica do modo de produção capitalista. Uma parte das respostas só são visíveis nos escopo do que Braudel (1996) chamou a *longue durée* do capitalismo histórico. Nesse nível de análise, vamos encontrar dois conceitos, paralelos e complementares, que representam essa evolução histórica como uma sucessão de ciclos, para Arrighi (1996) os “ciclos sistêmicos de acumulação” e para Harvey (1992) os “ciclos de compressão do espaço-tempo”. Nesses dois conceitos, há uma idéia — mais explícita em Harvey, um geógrafo — que usa, dentre outros critérios, a mudança do significado do espaço — no sentido de sua ampliação — e do tempo — no sentido de seu encurtamento — como característica definidora dos diferentes estágios do desenvolvimento do capitalismo.

Esse tema será tratado nas três partes do trabalho seguintes a esta introdução, a primeira das quais vai procurar descrever como a evolução da instituição do mercado é conformadora da experiência do espaço e do tempo. Logo em seguida, será abordada a questão da relação do capitalismo com o espaço, comparando-se as idéias de Braudel sobre a passagem de sucessivos estágios de ampliação dos espaços da relação mercantil — desde os mercados locais, a criação dos mercados nacionais e a constituição de economias-mundo — com a dialética capitalismo e territorialismo de Arrighi. Mais adiante, será abordada a relação do capital com o tempo através das propostas de periodização apresentadas pelos regulacionistas (AGLIETTA, 1986; BOYER, 1979; e LIPIETZ, 1988), com sua sucessão de modos de desenvolvimento, e a tese de Arrighi sobre os ciclos sistêmicos de acumulação. A última parte vai aproximar um pouco mais o objeto de análise para enfocar este período de final do século e procurar ver como, especificamente, está se traduzindo a experiência de mudança da relação com o espaço e com o tempo na transição que vem se materializando aos olhos do observador, mesmo o mais desavisado, para uma nova etapa do capi-

talismo. Hobsbawm (1995) falou em fim de um breve século, Arrighi em fim do longo século. Antes deles, autores como Aglietta, Lipietz, Boyer e Coriat, na elaboração do conjunto de contribuições que se conhece por abordagem da regulação, haviam descrito esse processo como de uma crise do modo de desenvolvimento fordista e conjecturado sobre uma possível transição para o pós-fordismo.² A experiência de aceleração da história (pois é disso que se trata, mesmo que alguns apressados tenham anunciado já o seu fim) e de queda de fronteiras geográficas são traços característicos da época e representam, antes de uma novidade, uma recorrência das características de ciclos históricos progressos. A proposição que vou defender é a de que o mundo está experimentando, neste final de século, um período de transição similar àquele do final do século passado e começo deste, em que o Ciclo Inglês, na linguagem de Arrighi, ou a acumulação extensiva, como a chamou a teoria da regulação, esgotaram-se em meio à confluência de várias crises e deram lugar a um novo ciclo expansivo, o norte-americano ou o da acumulação intensiva.

1 - A criação do mercado

O mercado tal como o conhecemos hoje é resultado de um longo processo histórico de evolução da instituição social da troca. Embora o senso comum confunda mercado e capitalismo, o surgimento da relação mercantil, instituição básica do mercado, data de, pelo menos, dois milênios antes na civilização européia, mais precisamente, no século VI a. C., quando as cidades jônicas gregas inventaram a moeda emitida pelo Estado. Se a relação mercantil, seguindo Marx, é definida no ato da troca intermediada por moeda, sua vigência supôs não só o costume da troca, uma manifestação universal das culturas humanas, mas a presença da mediação da moeda, entendida não apenas como meio de troca, mas como medida de valor estabelecida oficialmente pelo poder político³. O capitalismo veio ser a formação econômica que desenvolveu de forma mais avançada a relação mercantil, fazendo dela uma de suas relações constitutivas – ao lado da relação monetária (a regra de equivalência fundada no fetiche da riqueza abstrata, a lei do valor) e da relação de assalariamento (a

² Para Harvey (1992), seria a transição do regime de acumulação intensiva para um novo regime, que ele chama de acumulação flexível.

³ Aqui estou me afastando de Marx e de sua definição da moeda como mercadoria. Um desenvolvimento desse ponto encontra-se em Faria (1995).

forma especificamente capitalista de exploração do trabalho e produção do excedente) – desse modo de produção. A instituição dessas três relações deu-se em um processo histórico admiravelmente descrito por Polanyi (1980), através do qual foram apropriados pelo capital o trabalho, a terra e o dinheiro, para serem convertidos em mercadoria e, assim, sujeitos à sua lógica. A posse da terra instituiu a propriedade, que em sua forma burguesa deu origem à relação mercantil; a apropriação do dinheiro pôs em funcionamento a lei do valor, e a conversão do trabalho em mercadoria instituiu o assalariamento.

Há em **O Capital** uma frase em que Marx (1983) sintetiza a lógica capitalista dizendo "(...) acumulai, acumulai, assim mandam Moisés e os profetas!" Esse é o fim último da sociedade onde vige esse modo de produção: a acumulação da riqueza pela riqueza, pois a acumulação da riqueza é a forma pela qual se acumula poder sob o capitalismo. Em outras formações sociais, o crescimento do poder está mais geralmente ligado à expansão territorial. Embora, como será visto mais adiante, seguindo Arrighi, a história do capitalismo apresente exemplos em que acumulação de riqueza e expansão territorial estiveram associadas, a lógica espacial do capitalismo é diferente: um espaço pode ser conquistado pelo capital sem sua necessária submissão política. Um espaço está submetido ao capital quando a sociedade é governada pela lógica da mercadoria, quando a relação mercantil subordina as demais relações sociais, quando a acumulação de riqueza é a fonte primordial de poder, enfim, quando o fetichismo triunfa. Voltando a Marx, encontraremos uma descrição de duas formas históricas da acumulação de capital, a primeira das quais é a assim chamada acumulação primitiva, predominante no período que vai do final da Idade Média até a Revolução Industrial e que engloba uma etapa da existência do capitalismo em que o capital habitava a esfera da circulação e na qual a moeda havia sido convertida em mercadoria (POLANYI, 1980). Era o domínio do capital comercial que, intermediando a circulação da produção e submetendo-a à lógica da mercadoria, conseguia apropriar-se do excedente gerado por outros modos de produção. Na etapa seguinte, o capital adentra a esfera da produção, após lograr transformar o trabalho e a terra em mercadorias e, impulsionado pelas inovações tecnológicas da indústria, cria a acumulação capitalista propriamente dita, em que o excedente toma a forma de mais-valia apropriada como tempo de trabalho não pago ao trabalhador.

Constituído, o modo de produção capitalista transforma a instituição do mercado e suas regras a tal ponto que um feirante do século XV não saberia como oferecer seu produto numa feira de bairro de nossos dias. O mercado, de instituição regulamentada por costumes e ordenações do poder político, transforma-se em lugar da concorrência capitalista, o mercado auto-regulável de Polanyi. Para Marx, a organização do mercado é instituída pela lei do valor, princípio da comensurabilidade e da equivalência que regula a troca das merca-

dorias, leva à uniformização da taxa de lucro e, transformando os valores criados pelo trabalho produtivo, gera o sistema de preços, o qual dirige a circulação da produção entre consumo e investimento e aloca o capital e o trabalho entre os diversos ramos de produção, respondendo pela coerência de todo o sistema.

O mercado capitalista existiu como forma rudimentar em interstícios da sociedade, até constituir-se na forma dos mercados nacionais que predominam ainda hoje. A historiografia, geralmente, apresenta a origem do mercado como uma evolução mais ou menos linear desde as feiras medievais, coadjuvadas pelo impulso do comércio internacional e passando pelo crescimento de locais privilegiados como os portos, até a constituição de espaços maiores na medida em que as barreiras feudais vão sendo derrubadas e os mercados nacionais são estabelecidos. Polanyi nega essa linha de pensamento e argumenta: "(...) nem o comércio de longa distância, nem o comércio local foi o pai do comércio interno dos tempos modernos"; e mais adiante, na mesma página, diz que a explicação da origem do mercado nacional deve ser buscada no "(...) *deus ex machina* da intervenção estatal" (POLANYI, 1980, p.77), apresentando dois argumentos. Em primeiro lugar, tanto no comércio mundial como nos mercados locais, a exemplo das feiras, o princípio organizador não era a concorrência, o que os afastava da auto-regulação capitalista (ou lei do valor na linguagem marxista); e, em segundo lugar, comércio local e comércio de longa distância viviam uma contradição que opunha seus direitos de monopólio em esferas impenetráveis uma à outra. Sua tese é: "(...) [n]a Europa Ocidental o comércio interno foi criado, na verdade, por intervenção do estado" (Ibid., p. 77). A posição de Braudel é a mesma:

"Passar do mercado regional ao mercado nacional costurando juntas economias de raio bastante curto, quase autônomas e muitas vezes fortemente individualizadas, não tem portanto nada de espontâneo. O mercado nacional foi uma coerência imposta ao mesmo tempo pela vontade política, nem sempre eficaz na matéria, e pelas tensões capitalistas do comércio externo e a longa distância (BRAUDEL, 1996, p.255, 257).

Foi, portanto, a aproximação do dono do poder político com o dono do dinheiro, como refere Arrighi, que patrocinou a formação do mercado capitalista e deu-lhe a grande dimensão do território nacional, o espaço subordinado ao poder do governante que foi capaz de impor, pela sua capacidade de legislar e regulamentar, o uso das relações mercantis e das formas de concorrência capitalistas nos atos de troca realizados dentro das fronteiras do reino. Os mercados locais foram extintos na medida em que as barreiras internas iam sendo abolidas, enquanto o mercado internacional permanece, até nossos dias, ainda

um espaço de pouca ou nenhuma competição.⁴ Nesse movimento, os Estados nacionais enfrentaram a oposição das burguesias urbanas que controlavam os mercados locais e os monopólios do comércio de longa distância e transformaram-se em instrumento da nacionalização do mercado e da criação do comércio interno. Citando novamente Polanyi, (1980, p. 79):

“A ação deliberada do estado nos séculos quinze e dezesseis impingiu o sistema mercantil às cidades e municipalidades ferrenhamente protecionistas. O mercantilismo destruiu o particularismo desgastado do comércio local e intermunicipal, eliminando as barreiras que separavam esses dois tipos de comércio não-competitivo e, assim, abrindo caminho para o mercado nacional que passou a ignorar, cada vez mais, a distinção entre cidade e campo, assim como as que existiam entre as várias cidades e províncias”.

Nessa interpretação, o mercantilismo aparece com sua face menos conhecida, como um movimento para dentro de constituição do mercado nacional, base a partir da qual foi possível o salto da Revolução Industrial e a constituição do capitalismo como modo de produção e não apenas como regime econômico.

O processo de desenvolvimento da instituição mercantil provocou uma mudança não só da experiência do espaço econômico cada vez mais ampliado, como uma mudança na experiência do tempo, na medida em que a maior circulação de mercadorias não só permitia romper com as limitações da duração do ciclo produtivo local, como, pelo aumento concomitante do fluxo de informações, proporcionava uma maior velocidade aos processos sociais e políticos, acelerando o próprio curso da história. É o que tratarei a seguir.

2 - O espaço do capital

A relação mercantil na história humana apresentou sempre uma dimensão espacial. De seus primórdios, o ato da troca resultou do encontro de homens

⁴ Embora Marx tenha dito que o comércio internacional é o lugar do capital por excelência, esse não é um espaço do mercado auto-regulável governado pela lei do valor. As condições necessárias para tal não estão plenamente reunidas nem mesmo neste final de século da globalização. Existe troca intermediada por moeda, uma medida de valor geral (o dólar), mas a concorrência intercapitalista é ainda pequena (a competição que existe ainda é predominantemente entre Estados), há pouca mobilidade de capital e menor ainda de trabalho, inexistente uma tendência à equalização da taxa de lucro, e o sistema de preços, se é que pode ser chamado assim, não está fundado em custos de produção, mas depende do câmbio, de diferenças tributárias e de outras práticas antimercado.

que vinham de lugares diferentes e proporcionou-lhes a possibilidade de ter acesso a valores de uso produzidos além de seu espaço econômico próprio. Nesse sentido, a troca foi sempre uma ampliação do espaço econômico, cuja dimensão possível esteve sempre condicionada pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação. Antes do advento do capitalismo, entretanto, o espaço da troca era dado pelos processos de deslocamento e pela expansão territorial das sociedades. A ampliação do espaço estava, então, sujeita a uma lógica de acumulação de poder proporcionada pela conquista de mais território, como mostra Arrighi. A própria noção de geografia econômica não fazia sentido mais que descritivo do espaço das atividades produtivas, pois os limites geográficos eram as fronteiras do poder político, e a expansão econômica — a acumulação de riquezas — surgia como resultante da expansão territorial. O capitalismo modifica essa situação; sob sua égide, a ampliação do espaço vai ser resultado do desenvolvimento do mercado, de seu crescimento.

O marxismo clássico representava a relação do capital com o espaço através da tese do desenvolvimento desigual e combinado, desenvolvida por Lenin e Trotsky ao longo dos debates sobre o imperialismo nas primeiras décadas deste século. Nesse debate, a intervenção de Rosa Luxemburgo sobre o papel das “terceiras pessoas” era uma tentativa de teorizar essa faceta expansionista do modo de produção; e as contribuições de Hilferding e Bukharin, dentre outros, ajudaram a situar esse caráter expansivo do capitalismo, não no rol de suas fraquezas, mas, ao contrário, como um movimento da reprodução ampliada do sistema. Após a interrupção dessa discussão pela II Guerra, o tema foi retomado pelos teorias do subdesenvolvimento e da dependência. Esse debate, entretanto, esteve em larga medida circunscrito à tentativa de compreender o lugar da periferia no sistema econômico mundial. Mais recentemente, Braudel, Wallerstein e Hobsbawm, dentre outros, puseram o enfoque dessa temática na perspectiva da compreensão do capitalismo como sistema mundial que tem uma relação muito particular com a dimensão espacial.

No volume de sua obra intitulado **O Tempo do Mundo**, Braudel (1996) traça um percurso da relação entre o desenvolvimento das relações mercantis e a diferenciação dos espaços econômicos, onde mostra como o espaço vai-se ampliando na medida em que os mercados locais vão desaparecendo, fundindo-se na formação do mercado capitalista. Braudel também mostra o papel da evolução dos meios de transporte e comunicação nesse processo. Vou seguir suas idéias descrevendo, em primeiro lugar, as formas precedentes de mercado.

A primeira dessas formas foi o mercado local, uma unidade econômica formada por um burgo e as aldeias circunvizinhas. O espaço era delimitado pela necessidade de os aldeões poderem se deslocar até o mercado e retornar a suas casas no tempo de um dia. Essa unidade econômica corresponde ao ente

geopolítico do cantão. O mercado do burgo, onde os habitantes resolviam suas necessidades de troca, era controlado pelos comerciantes locais, funcionava em obediência à regulamentação do poder político a que estava submetido, a qual patrocinava os direitos monopolistas daqueles autorizados a participar de seu mercado.

Um passo acima, e adiante no tempo, esses mercados locais se reuniram em mercados regionais ou provinciais, constituídos a partir da conformação de um sistema hierarquizado de cidades em que uma delas exercia o papel de pólo dominante. Esses mercados regionais tinham como centro a economia urbana, sua regulamentação garantia direitos de monopólio à burguesia das cidades dominantes e sua dinâmica econômica englobava um espaço mais amplo, cuja acessibilidade era possível através do sistema de estradas mantido pelos postos de pedágio e aduanas regionais. Também esses mercados regionais tenderam à estagnação, e a continuidade do progresso econômico, do desenvolvimento das relações mercantis, cobra mais um ciclo de ampliação dos espaços, o que, num primeiro momento, como lembra Braudel, foi logrado pela abertura ao comércio de longa distância e à circulação de moedas estrangeiras. Essa penetração do espaço econômico provincial, entretanto, vem exacerbar o conflito com os grupos burgueses urbanos, o que só acelera o processo de ruptura do isolamento regional. Braudel (1996, p. 265) argumenta que:

“(...) com o desenvolvimento da economia e das relações a grandes distâncias, certamente está ultrapassada a hora das excelências provinciais. Seu destino, a longo prazo, é fundir-se numa unidade nacional, sejam quais forem suas resistências e suas aversões”.

Desse passo, nasce o mercado capitalista, e uma nova dimensão de espaço econômico é constituída. O desdobramento dessa ampliação do espaço resulta de uma dialética de unidade e contradição entre o Estado, de um lado, o lugar do poder, e a zona urbana, de outro, o lugar da riqueza. Num primeiro momento, surgem em lugares diferentes, pois, nos séculos XV e XVI, quando nascem os primeiros Estados modernos (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Escandinávia), as zonas urbanas, onde se concentra a acumulação da riqueza, estão no eixo Itália-Alemanha, que só vai presenciar a formação de Estados nacionais muito tardiamente. “Será necessário o novo impulso econômico do século XVIII para que o ferrolho se solte e a economia se ponha sob o controle dos Estados e dos mercados nacionais” (BRAUDEL, 1996, p. 266). O encontro desses dois lugares forma uma díade em que as cidades são submetidas ao poder central do Estado. Ao longo dos séculos seguintes, o advento das democracias representativas e dos padrões de política de governo liberais faz a balan-

ça de poder voltar a pender para o lado dos donos da riqueza.

A constituição dos mercados nacionais não é um mero movimento de eliminação das barreiras internas aos fluxos de mercadorias e dinheiro, uma mera expansão de espaço geográfico. Mais que isso, é um processo qualitativo através do qual a economia nacional se constitui como uma nova totalidade. A construção desse novo espaço econômico vai englobar três níveis. Primeiro, o mercado nacional como espaço contínuo da circulação mercantil da produção, portanto, de constituição de um sistema econômico articulado com seus diferentes setores (agricultura, indústria, comércio e serviços), mas também, e principalmente, o recorte bens de produção/bens de consumo. Segundo, um espaço unificado de fiscalidade, com uma fonte de arrecadação baseada na circulação da produção mercantil. E terceiro, um espaço monetário único, desobstruindo a ação da lei do valor, o fluxo de comércio e a própria cobrança de impostos.

Sem negar essa correspondência entre desenvolvimento das relações mercantis e ampliação do espaço econômico, Arrighi (1996) vai abordar um outro aspecto da relação entre capitalismo e espaço, ao analisar o que chama de duas lógicas de poder, a do "capitalismo" e a do "territorialismo". Ele está analisando os efeitos recíprocos da competição capitalista entre as empresas e da competição interestatal pelos territórios. São dois modos opostos de governo assim descritos:

"Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital" (ARRIGHI, 1996, p. 33).

O sistema econômico do capitalismo europeu proporcionou uma singular circunstância de simbiose entre essas duas lógicas, com o predomínio da expansão capitalista, à qual estava subordinada a lógica territorial, que dialeticamente conduziu à expansão mundial do colonialismo e do comércio europeus. Na lógica capitalista, o novo espaço conquistado deixa de ser "exterior" num certo sentido e é incorporado ao sistema econômico como pertencente a um mesmo contínuo de reprodução das relações mercantis num primeiro momento e, a partir do século XIX, das relações de produção mesmas. É nesse sentido que Braudel se refere a esse espaço como uma economia-mundo.

3 - O tempo do capitalismo

O tempo é uma dimensão com a qual os economistas têm dificuldade de lidar. Para a escola neoclássica, o tempo é representado como uma variável a mais, cuja ordem de grandeza influencia os resultados de seus modelos explicativos. A crítica mais difundida, aquela de algumas das correntes inspiradas por Keynes, adjetiva o tempo ("histórico" por oposição ao tempo "lógico" dos marginalistas), mas não consegue dar conta do efeito mais importante que sua passagem pode ter sobre o sistema econômico, sua transformação. O surpreendente é que não tenha sido sempre assim, que as correntes dominantes da economia tenham perdido de perspectiva a consideração de que todo o sistema econômico tem história, pois, em sua versão clássica,⁵ a ciência econômica estudou o capitalismo como um resultado das transformações das relações econômicas da sociedade, mesmo que, para muitos, o modo de produção capitalista fosse visto como o ponto final desse processo evolutivo.

Felizmente, existe uma tradição de pensar a história dos sistemas econômicos que foi capaz de incorporar aos modelos interpretativos características dinâmicas que teorizassem o objeto de análise como uma realidade em constante transformação. Nessa tradição, embora a noção de ciclo seja utilizada, ela é bastante distante da idéia de recorrência, de retorno a uma posição inicial, e visa, isto sim, representar uma característica, por assim dizer, espasmódica do movimento histórico do capitalismo. Nessa perspectiva, há um fenômeno de interesse central que são as crises, uma vez que, como o apreendeu Schumpeter em sua idéia de agonia criadora, as crises são o grande impulsionador das transformações históricas do capitalismo. São uma espécie de acelerador do tempo.

A aproximação dos homens de ciência a seu objeto em geral começa com a tarefa de classificar e medir. Na abordagem histórica, essa tarefa se traduz no exercício da periodização; é dessa forma que se apropria o tempo, que se compreendem as transformações do capitalismo e se caracterizam seus diferentes estágios evolutivos, as idades de sua vida. Vou trabalhar aqui com duas propostas de periodização, a já mencionada de Arrighi, com seus ciclos sistêmicos de acumulação, e uma outra, um pouco mais antiga, pois data da década de 70, e que, a meu ver, é particularmente útil para a compreensão do momento atual

⁵ Não estou considerando aqui aquele grupo contemporâneo dos clássicos que Marx tratava como "economistas vulgares".

desse modo de produção, a teoria da regulação e seus estágios de desenvolvimento. Começo pelas teses da regulação.⁶

A teoria da regulação descreve a evolução do modo de produção capitalista como uma sucessão de estágios de desenvolvimento delimitados por grandes crises que funcionam como mecanismo de passagem de um estágio a outro. Cada estágio corresponde a um período de estabilidade em que a acumulação de capital progride de forma ininterrupta e onde é perceptível um conjunto de regularidades que garante a reprodução do sistema. A vigência dessas regularidades é resultado da combinação entre um **regime de acumulação** e um **modo de regulação** específicos. O regime de acumulação é definido por Lipietz apelando para a figura dos esquemas de reprodução de Marx e descrito como:

“(…) aquele modo de re-alocamento sistemático do produto que rege, num longo prazo, uma certa adequação entre as transformações das condições da produção e as transformações das condições do consumo. Um regime de acumulação é dado por um esquema de reprodução que descreve, período por período, a alocação do trabalho social e a repartição dos produtos entre os diferentes departamentos da produção” (LIPIETZ, 1988, p.48).

Mais adiante, acrescenta o conceito de regulação:

“Sabe-se que um regime de acumulação não fica planando, espiritualizado no mundo etéreo dos esquemas de reprodução. Para que tal ou qual esquema se realize e se reproduza em caráter permanente, é necessário que algumas forças institucionais, procedimentos, hábitos, que agem como forças coercitivas ou incentivadoras, levem os agentes privados a se conformarem a tais esquemas. Esse conjunto de formas é chamado de modo de regulação” (Ibid., p.49).

Um terceiro conceito importante à determinação da periodização é o de tecnologia, mais precisamente o papel da mudança tecnológica na evolução do modo de produção. AMABLE (1995, p.236) apresenta a questão assim:

⁶ A apresentação que segue é razoavelmente consensual entre os regulacionistas, embora sejam conhecidas muitas divergências dentro da escola. Está baseada em idéias desenvolvidas em conjunto com Octavio Conceição. Uma discussão de periodização para a economia mundial aparece em Conceição (1989a), assim como o caso brasileiro está desenvolvido em Conceição (1989b) e Faria (1996).

“Le changement technique est intégré dans une représentation d’ensemble du système productif puisque l’éventuelle cohérence, ou compatibilité, d’un certain ‘système tchnique’ avec une ensemble de formes institutionnelles est essentielle dans la définition d’un régime de croissance”.

O conjunto das formas institucionais é o modo de regulação, assim como o regime de crescimento é o que chamei estágio de desenvolvimento. Um quarto conceito importante é o de crise, como já referi, assim apresentado por Amable (1995, p. 236):

“Une notion importante est celle de ‘cohérence’ ou d’adéquation entre un ensemble de formes institutionnelles et la technologie. Cette cohérence n’est vérifiée en general qu’ex post. La manifestation de la perte de coheréence est la crise: la compatibilité entre des formes institutionnelles et un régime d’accumulation n’est plus vérifié”

A articulação desses quatro conceitos descreve a trajetória temporal do capitalismo na visão da teoria da regulação. Uma questão de método importante é a referida nesta última citação de Amable, quando fala da coerência *ex post* entre tecnologia e formas institucionais. Lipietz fala em achado histórico quando faz referência à mesma questão. As determinações que criam as diversas formas institucionais (moeda, relação salarial, normas da concorrência, forma do Estado e adesão ao regime internacional) dão-se, predominantemente, nos níveis político e ideológico, enquanto a adoção do progresso técnico e a construção dos regimes de acumulação têm determinantes predominantemente econômicos. Assim, a efetividade da regulação de conjunto ocorre apenas como *trouvaille*, como diz Lipietz (1988)⁷. Isso não quer dizer que estejamos diante de uma situação caótica, pois a observação é capaz de estabelecer uma hierarquia de causalidade, a qual descrevo a seguir.

Segundo a teoria da regulação, um estágio de desenvolvimento é inaugurado quando um determinado regime de acumulação consegue combinar-se com

⁷ Wright *et al.* (1993) apresentam uma rica discussão epistemológica sobre essa questão, procurando traçar uma linha equidistante do chamado marxismo analítico e de sua adesão ao individualismo metodológico, por um lado, e do estruturalismo althusseriano, de outro. Sua contribuição vai no sentido de fundar o método das ciências sociais na elaboração do que chamam **explicação funcional**, onde a totalidade social é vista como um arranjo de diferentes relações que se articulam funcionalmente e cujos movimentos são resultado de múltiplas determinações. Da mesma forma que para a teoria da regulação, sua eventual coerência é um “achado”.

um dado modo de regulação. A experiência histórica, como será vista em seguida, mostra que, em geral, o regime precede as formas institucionais, sendo formado a partir da difusão de um padrão tecnológico criado no processo de uma revolução dos métodos de produção, a qual normalmente sucede uma crise, crise de acumulação causada pela estagnação econômica a que levara o esgotamento do padrão tecnológico anterior. Novos produtos, novos métodos produtivos e uma nova configuração da estrutura de produção, com a formação de novos setores, e a mudança de peso e importância entre os diversos ramos são estabelecidos. O regime de acumulação nascente, numa primeira fase, desenvolve-se sob o padrão institucional antigo, aquele do modo de regulação que se articulava com o regime anterior, mas, após completar-se sua implantação, quando é atingido um auge de produção, sobrevem uma crise causada pela incompatibilidade que se manifesta entre o regime de acumulação e o modo de regulação que não mais lhe pode garantir estabilidade. Esse segundo tipo de crise, crise da regulação, acaba sendo resolvido quando um processo de mudanças institucionais tem como resultado a construção de um novo modo de regulação, capaz de estabilizar o processo de acumulação de capital.

Uma periodização seguindo essa abordagem dividiria a história da Europa Ocidental em quatro partes, a partir do final do século XVIII que é o que faz Boyer (1979) para a França, e que aqui estou adaptando bastante livremente:

- o período que vai da Revolução Industrial até meados do século XIX, quando se constrói o regime de acumulação extensivo, mas a regulação permanece à *l'ancienne*, sendo aos poucos modificada pela reação às crises comerciais e pelas revoluções democráticas entre 1820 e 1845;
- o período que vai de meados do século passado até a virada deste século, em que a regulação concorrencial se consolida e estabiliza o regime de acumulação até a grande depressão de 1870-90, que marca o esgotamento da acumulação extensiva;
- o período seguinte, inaugurado após a superação da crise anterior e estendendo-se até o entreguerras, assiste a uma fase de crescimento, quando a acumulação intensiva, inaugurada pelo taylorismo, pelo fordismo e pela adoção do padrão manufatureiro norte-americano, se desenvolve ainda sob o modo de regulação concorrencial, o que dá origem à Grande Depressão;
- após a turbulência da Crise de 29 e da II Guerra, um novo modo de regulação, o monopolista, é construído sob inspiração do keynesianismo

e do pacto social-democrata e logra estabilizar o regime de acumulação intensivo, até esse manifestar sinais de esgotamento na crise do começo dos anos 70.⁸

Este período de final do século seria uma quinta etapa da História, em que um novo regime de acumulação está em gestação, o pós-fordismo, impulsionado pela difusão de uma gama de inovações tecnológicas e novas formas de organização do processo de trabalho, ao mesmo tempo em que as instituições da regulação monopolista se encontram também em xeque. Estaria ocorrendo uma modificação desse padrão evolutivo com modo de regulação e regime de acumulação sendo transformados simultaneamente? Vou especular sobre isso na última parte deste texto, mas, antes disso, quero dar conta de outra abordagem que trata da relação do capitalismo com o tempo, aquela de Giovanni Arrighi.

Embora com uma grande área de convergência, as análises de Arrighi e da escola da regulação apresentam diferenças importantes. A primeira delas diz respeito à dimensão espacial. O objeto de Arrighi é a economia-mundo, enquanto os regulacionistas aplicam seus instrumentos na análise de economias nacionais, onde o regime internacional aparece, quase sempre, apenas como um condicionante ou restrição que atua sobre o sistema econômico de cada país, através da forma institucional de adesão ao sistema internacional. Uma segunda diferença diz respeito ao conceito de capitalismo, que, para a teoria da regulação — mais próxima de Marx nesse sentido — se refere ao modo de produção capitalista, ao passo que, em Arrighi, capitalismo é uma determinada forma de a sociedade, ou parte dela, se relacionar com a riqueza material, em que sua acumulação é um fim em si mesma e fonte de poder. Nessa concepção, a acumulação desenrola-se através da apropriação do excedente, a qual pode assumir diversas formas, desde a participação direta do capital na esfera da produção até a apropriação de renda do Estado ou de lucros do comércio internacional; é o que chamei mais acima de **regime econômico** (para Arrighi, regime de acumulação). Em ambas as abordagens, as crises têm o papel determinante de precipitarem as transformações históricas.

Os dois conceitos principais pelos quais Arrighi constrói o seu “perfil temporal do capitalismo histórico” são **regime de acumulação e século longo**. O regime de acumulação configura-se em uma determinada ordem econômica,

⁸ Seria possível retroceder mais no tempo e delimitar um período de acumulação primitiva e regulação à antiga ou mercantilista, que englobaria os primórdios do capitalismo, do final do século XV até o final do século XVIII, mas não há trabalhos mais aprofundados dos regulacionistas sobre essa época.

alicerçada na hegemonia de uma determinada nação⁹ sobre o sistema de Estados soberanos, propiciando a formação de um **ciclo sistêmico de acumulação** que se realiza pela combinação de um certo padrão de produção e apropriação da riqueza material.

A vigência do ciclo sistêmico de acumulação caracteriza a unidade temporal da análise, o século longo e dá uma estrutura semelhante a todos eles, sendo que cada século longo está dividido em três períodos. O primeiro é um período de expansão financeira, no qual um novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, expansão esta que é um dos aspectos do apogeu e das contradições do ciclo anterior. O segundo período sucede a extinção do regime anterior e é o momento de consolidação e desenvolvimento do novo regime, em que os agentes principais se beneficiam da expansão material de toda a economia-mundo. Já no terceiro período, uma nova fase de expansão financeira realiza-se, no decorrer da qual as contradições do regime maduro se manifestam e abrem espaço para o advento de regimes alternativos, um dos quais vai substituir o antigo e tornar-se o dominante no novo período que se abre a seguir.

Dois tipos de crise impulsionam esse processo de transformação das características do capitalismo histórico ao longo do tempo; a crise **sinalizadora**, qual seja, o início de cada expansão financeira, quando o agente principal do processo de acumulação vigente começa a deslocar seu capital da esfera do comércio e da produção material para a intermediação financeira e a especulação. A motivação dessa decisão de mudar o perfil do emprego do capital decorre da perspectiva negativa em relação às possibilidades de expansão material da economia, assim como da expectativa de prolongar sua dominação sobre o sistema através de uma maior especialização nas altas finanças. A essa crise sucede uma segunda, de outro tipo, assim descrita:

“No entanto, por mais maravilhoso que esse momento possa ser para os que mais se beneficiam do fim da expansão material da economia mundial, ele nunca representou uma solução duradoura para a crise sistêmica subjacente. Ao contrário, sempre foi um preâmbulo do aprofundamento dessa crise e da eventual superação do regime de acumulação ainda dominante por um novo regime. Chamamos ao evento ou série de eventos que levam a essa superação final de ‘crise terminal’ (...) do regime de acumulação dominante, e consideramos

⁹ Essa nação pode não corresponder a um Estado soberano, como no caso da hegemonia genovesa nos séculos XV e XVI.

que ela assinala o fim do século longo que abrangeu a ascensão, plena expansão e queda desse regime” (ARRIGHI, 1996, p.220).

A periodização feita pelo autor da história do capitalismo é representada por quatro séculos longos e quatro ciclos sistêmicos de acumulação, assim descritos:

- o **século XV-XVI longo**, de 1340 a 1630, ao qual corresponde o ciclo sistêmico de acumulação genovês, época da expansão comercial marítima da Europa, e que tem a peculiaridade de não contar com a hegemonia de um Estado nacional, pois a “nação” genovesa era uma rede de interesses comerciais e financeiros de origem italiana ligando as principais cidades européias;
- o **século XVII longo**, do ciclo sistêmico holandês, que vai de 1560 a 1780, onde há a hegemonia econômica dos Países Baixos, que se afirma na disputa com a liderança territorialista da Espanha, período de expansão do mercantilismo e da colonização européia;
- o **século XIX longo**, onde viveu o ciclo sistêmico de acumulação britânico, o primeiro em que o Estado hegemônico reunia as duas lógicas de expansão, a capitalista e a territorialista, perdurando de 1740 a 1930, etapa em que o colonialismo vai se transformar em imperialismo e em que o padrão industrial inglês é o dominante (corresponde ao regime da acumulação extensiva dos regulacionistas);
- é, por fim, o **século XX longo**, da hegemonia norte-americana, iniciado em 1870 e ainda inconcluso, em que padrão manufatureiro norte-americano e o fordismo se difundem em todo o mundo (corresponde à acumulação intensiva dos regulacionistas).

Arrighi não deixa de notar que o tempo se acelerou nessa passagem dos séculos longos, o primeiro deles tendo durado 290 anos, o segundo 220, o terceiro 190 e o quarto século, embora ainda não tenha terminado, já viveu sua crise sinalizadora na década de 1970. Ele faz essa constatação quando nota que,

“(...) os séculos longos (...) se contraíram ao longo do tempo. Em outras palavras, à medida que nos deslocamos dos estágios iniciais para os estágios avançados do desenvolvimento capitalista, leva cada vez menos tempo para que os regimes sistêmicos de acumulação ascendam, desenvolvam-se plenamente e sejam superados” (ARRIGHI, 1996, p.221).

Ao mesmo tempo em que produz essa aceleração do tempo, a expansão capitalista produz também uma ampliação do espaço, na medida em que a lógica expansionista da acumulação se concretiza num movimento de penetrar todas as esferas da vida social que se lhe apresentem por diante, sem se deter diante de quaisquer fronteiras, sejam políticas, culturais ou geográficas.

“O desenvolvimento do capitalismo histórico como sistema mundial baseou-se na formação de blocos (...) cada vez mais poderosos de organizações governamentais e empresariais, dotados de capacidade de ampliar (ou aprofundar) o raio de ação da economia mundial, seja do ponto de vista funcional, seja espacial.” (ARRIGHI, 1996, p. 225).

Visto sob uma dupla perspectiva espacial e temporal, os ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi têm uma correspondência com os ciclos de compressão do espaço-tempo de Harvey que mencionei acima. Para ambos os autores, o capitalismo tem essa capacidade de encurtar distâncias geográficas e acelerar a história. Contraditoriamente, no entanto, esse aproximar de todas as fronteiras resolve e repõe os limites da própria expansão capitalista, pois o espaço e o tempo além vão ficando cada vez mais exíguos. É por isso que Arrighi lembra a afirmação de Marx de que “(...) a verdadeira barreira à produção capitalista é o próprio capital”. Nesta época de final de século, como todos os momentos importantes da história do capitalismo, em que pese ao triunfalismo da onda neoliberal, mais uma vez a anatomia do sistema se desnuda, suas tendências mais inerentes se realizam e suas contradições revelam-se à vista. É o que passo a tratar a seguir, à guisa de conclusão.

4 - Tempo e espaço no fim do século

Em uma análise da presente conjuntura mundial do capitalismo, Lipietz (1997) faz uma descrição do mundo do pós-fordismo, através das diferentes alternativas de transformação das relações entre capital e trabalho que se desenrolam em vários cantos do planeta, numa tentativa de encontrar indícios que permitam desvendar um novo regime de acumulação em gestação. No esquema interpretativo de Arrighi, essa descrição pode servir como um mapa dos diferentes regimes em disputa para inaugurar um novo ciclo sistêmico de acumulação, aquele que iria caracterizar o século XXI longo. Uma comparação entre traços típicos do fordismo com algumas características já visíveis que, seguirei chamando pós-fordismo, acompanhando Lipietz, vai permitir lançar uma luz sobre como vem se modificando a experiência do espaço e do tempo neste momento.

Antes disso, convém lembrar que, da mesma forma que em ciclos de compressão do espaço-tempo anteriores, um impulso tecnológico torna possível às sociedades que lhe têm acesso para vivenciar essa mudança de relação com a distância espacial e temporal,¹⁰ principalmente em função da revolução dos meios de transporte e comunicação. Isso não é um argumento em favor de uma teoria de determinismo tecnológico da mudança social, do tipo “o estribo criou a Idade Média”, pois a mudança técnica é que é socialmente dirigida, mas, uma vez realizada, condiciona a mudança social de então para adiante. É assim que se criam as bases de um novo regime de acumulação no sentido que dão a esse conceito as teses da regulação. Mais ainda, e para encerrar essa digressão, no capitalismo industrial o progresso técnico é endógeno, é uma necessidade sentida pelos agentes econômicos decisivos, a fim de incrementar sua posição na hierarquia de poder¹¹, o que faz sua importância e seu peso sobre a estrutura social serem crescentes.

O modo de desenvolvimento fordista, como já foi referido, é formado pelo regime de acumulação intensivo, combinado com o modo de regulação monopolista e estrutura-se tendo por base o espaço econômico do mercado nacional. Uma vez que a escala dos investimentos, principalmente no setor de bens de produção, que é o segmento líder da estrutura produtiva nesse regime, foi, desde o início, muito grande, apenas países também grandes lograram constituir sistemas econômicos integrados dentro de suas fronteiras nacionais, no sentido de realizar a quase-totalidade das relações dinâmicas intersetoriais dentro de suas fronteiras. A industrialização de países pequenos sempre esteve associada a um coeficiente elevado de abertura de suas economias, indicando que uma parte das relações intersetoriais se realizava além-fronteiras, internacionalizando, ou melhor, regionalizando, assim, o circuito do capital produtivo em processos de integração com vizinhos também industrializados. Essa cir-

¹⁰ Repetindo uma analogia com a física, como faz Harvey, uma situação de alta energia causa uma deformação do contínuo espaço-tempo que comprime as distâncias e abrevia o transcurso do tempo, mudando a percepção que se tem das dimensões, das viagens e dos lugares visitados. No espaço e no tempo da história social, é como se o progresso técnico causasse uma circunstância de alta energia e transformasse essas dimensões de acordo com o que prevê a teoria da relatividade. Essa realidade é descrita por Santos (1997) através do conceito de **aceleração**.

¹¹ Penso, como Lipietz (1983), que o progresso técnico não é resultado da concorrência entre os capitais, mas, antes, da contradição fundamental entre capital e trabalho, pois é a necessidade de ampliar seu controle e dominação sobre a força de trabalho que impõe à empresa a necessidade de adotar a mudança tecnológica. A concorrência apenas sanciona a maior capacidade de submeter o trabalho.

cunståncia ficou particularmente evidente na Europa do pós-guerra, em países como Bélgica ou Holanda, mas também esteve presente em outras regiões industrializadas, como no Leste da Ásia ou na América do Norte.¹² Dessa circunstância, pode-se descrever a dimensão espacial do fordismo como fundamentalmente nacional, como no regime extensivo, mas com uma importante projeção regional. Essa projeção regional explica a precocidade do processo de integração europeu como um produto ainda do fordismo.

Se, em relação à acumulação, já foi possível detectar um movimento de alargamento do espaço econômico, muito menos é visível em relação à regulação, que seguiu sempre tendo uma característica nacional, inclusive aprofundada pelo fordismo. A dissolução dos impérios coloniais característicos do modo de desenvolvimento anterior, que corresponde ao ciclo britânico de Arrighi, fez do Estado nacional a unidade política e econômica por excelência dessa etapa histórica (HOBSBAWM, 1995), o que implicou, necessariamente, nacionalização das formas institucionais que formam os modos de regulação. O grau de desenvolvimento desses arranjos nacionais permaneceu sempre muito variado, mas, na medida em que o objetivo de todos era impulsionar o crescimento econômico, identificado com a adoção do padrão industrial norte-americano, instituíram-se as formas institucionais próprias de modos de regulação nacionais, voltados para a estabilização dos processos de acumulação de capital de cada economia. Se alguma transposição foi realizada, os achados permaneceram fundamentalmente nacionais, resultado do jogo das forças políticas internas de cada país.

A ordem mundial instituída sob a hegemonia dos EUA patrocinou o ambiente em que cada economia nacional constituía sua modalidade de adesão ao regime internacional, seguindo os padrões de paridades cambiais fixas, o elevado grau de proteção no comércio exterior e controle de organismos internacionais (FMI, BIRD) sobre fluxos de capital financeiro — fundamentalmente estatais — e sobre o equilíbrio dos balanços de pagamentos. Esse arranjo internacional reforçou o caráter nacional dos modos de regulação. Todo esse arranjo

¹² No caso latino-americano, diferentemente das regiões citadas, essa internacionalização da estrutura produtiva não se deu com os vizinhos, mas, reafirmando laços históricos de dependência, foi feita com países do centro capitalista, mormente os EUA, em que pese à precocidade dos projetos de integração regional que, entretanto, apenas na década de 90 começaram a ser efetivamente implementados. Nas teses da CEPAL a ALALC, por exemplo, poderia servir de base para a continuidade da industrialização por substituição de importações, justamente no sentido aqui referido, de propiciar escala suficiente para o desenvolvimento do setor de bens de produção. O insuficiente desenvolvimento desse setor tem sido usado como característica principal do subdesenvolvimento pela maior parte dos autores que se dedicam ao tema, sejam dependentistas, marxistas ou estruturalistas.

começa a ruir desde o começo dos anos 70, quando a crise econômica e a desestruturação da ordem mundial marcam, para os regulacionistas, a crise final do fordismo e, para Arrighi, a crise sinalizadora que anuncia a fase do declínio do ciclo da acumulação norte-americano.

No mundo do pós-fordismo, é perceptível um sentido no movimento de transformação desse estado de coisas. Um *cluster* de inovações tecnológicas (microeletrônica, novos materiais, novas formas de organizar o processo produtivo) e um vertiginoso movimento de mudanças políticas (fim da URSS, fim do *Welfare State*) dão lugar a um novo ciclo de compressão do espaço-tempo de Harvey. Para o que me interessa aqui, dois desdobramentos são significativos. O primeiro deles é o aprofundamento de uma tendência que já vinha se manifestando no fordismo, de aumento da interdependência econômica regional, que está a indicar um processo de crescente extroversão dos regimes de acumulação nacionais, o qual sinaliza, talvez uma característica provável do novo regime, a perda de importância do mercado de massa estável para a reprodução do sistema (BECKER, 1997). Até que ponto essa tendência vai se desenvolver no sentido da construção de regimes de acumulação de base supranacional, transformando definitivamente a dimensão espacial dos sistemas econômicos, ainda é uma questão em aberto. Sua resposta depende do próprio avanço dos processos de integração em marcha, da pioneira União Européia até o bloco do Pacífico, passando, inclusive, pelo Mercosul, bem como do próprio avanço das transformações no mundo do trabalho e da produção que cheguem a construir um novo sistema produtivo (MUSACCHIO, 1997).

O segundo desdobramento dá-se no plano da regulação e foi caracterizado por Becker (1997) como deslocamento dos níveis da regulação, na medida em que, seja através da criação de organismos supranacionais, como no caso da Europa, seja pela pressão internacional, o modo de regulação passa a ser instituído desde fora do espaço nacional. Esse processo está ocorrendo em conjunto com um reordenamento hierárquico das formas institucionais da estrutura, onde, talvez, seja perceptível uma distância maior em relação ao fordismo. Os modos de regulação nacionais típicos desse modo de desenvolvimento conformaram a tecitura de sua rede de instituições (LIPIETZ, 1988) sob uma ordem hierárquica que foi determinada pela trajetória das lutas e conflitos sociais de cada país independentemente, enquanto a cena internacional atuou unicamente como um dado de restrição, com a intensidade correspondente à posição de cada país na ordem internacional. Para alguns, a relação salarial ocupou o lugar central do modo de regulação (EUA); para outros, foi a forma do Estado (França); e, para outros mais, a adesão ao regime internacional (periferia exportadora).

A integração econômica que se configura nos blocos regionais desencadeia a necessidade da criação de formas institucionais também no nível regio-

nal, sendo a União Européia o exemplo até agora mais avançado. A mobilidade dos capitais cobra um forma da concorrência uniforme; a relação salarial precisa adaptar-se às necessidades de redistribuição geográfica dos postos de trabalho; a forma do Estado tem de se adaptar às necessidades de uniformidade tributária, de regulamentação e de gasto; a adesão ao regime internacional passa a ser mediada pela nova unidade geográfica; e, por fim, a restrição monetária precisa ser capaz de viabilizar a ação da lei do valor no novo espaço construído, propiciando a formação de um sistema de preços unificado.

Um problema de difícil solução, no entanto, coloca-se, decorrente da dialética capitalismo/territorialismo de que fala Arrighi: o processo de acumulação de poder pelos governantes nas democracias representativas, ligado ao espaço da nação e dependente dos pactos sociais que dão origem às formas institucionais, está em contradição com a necessária redução de soberania do Estado nacional que esse deslocamento dos níveis de regulação exige. O que se tem revelado, por enquanto, é que as novas formas de regulação supranacionais em gestação, e o exemplo da Europa é novamente significativo, têm sido constituídas com vistas a contemplar, quase exclusivamente, os interesses dos donos do dinheiro, que são quem, ao longo da história do capitalismo, tem liberdade de movimentos no plano internacional. A representação dos interesses dos demais grupos sociais custou sempre mais a se fazer presente todas as vezes em que a referência do espaço se reorganizou numa escala maior. É por isso que a mudança de hierarquia entre as formas institucionais tem tido o sentido de tornar predominante a moeda. A estabilidade política de um modo de regulação excludente dessa forma é duvidosa, pelo menos nos marcos da democracia representativa. Como já mostrara Polanyi, o capitalismo, para ser viável historicamente, não prescindiu de que se instituísem sistemas de proteção social no sentido de impedir a ação dos mecanismos autodestrutivos do mercado sobre a sociedade. Parafraseando o Marx da “Crítica ao Programa de Gotha”, o capitalismo foi “rudemente educado pelo povo”.

Voltando a Arrighi, esse domínio da forma institucional da moeda também pode ser lido como indicador daquela fase de expansão financeira que marcou, historicamente, o ocaso dos ciclos sistêmicos de acumulação. Globalização e financeirização, dois nomes da moda, não seriam mais do que as caras atuais de um momento da existência do capitalismo que está se repetindo pela quarta vez na história e significa, antes do seu triunfo, a eclosão de suas mais arraigadas contradições e reafirmação de seus mais profundos desígnios, a acumulação da riqueza abstrata. Agente da lei do valor, instauradora da relação mercantil, fetiche supremo da acumulação de riqueza, a moeda é o fim e o começo do capital.

Bibliografia

- AGLIETTA, M. (1986). **Regulación y crisis del capitalismo**. México : Siglo XXI. (1.ed., 1976).
- AMABLE, B. (1995). La théorie de la régulation et le changement technique. In: BOYER, R., SAILLARD, Y., orgs. **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris : La Découverte.
- ARRIGHI, G. (1996). **O longo século XX**. Rio de Janeiro : Contraponto; São Paulo : UNESP. (1.ed., 1994).
- BECKER, J. (1997). Integración y regulación: una comparación entre la Unión Europea y el MERCOSUR. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.4.
- BOYER, R. (1979). La crise actuelle: une mise en perspective historique. **Critique de L'Economie Politique**, Paris, n.7/8.
- BOYER, R. (1986). **Théorie de la régulation: une analyse critique**. Paris : La Découverte.
- BRAUDEL, F. (1996). **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII**. São Paulo : Martins Fontes. (1.ed., 1979).
- CONCEIÇÃO, O (1989a). Crise e regulação: a metamorfose restauradora da reprodução capitalista. In : FARIA, L., et al. **Desvendando a espuma: reflexões sobre a crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre : Fundação de Economia Estatística.
- CONCEIÇÃO, O (1989b). Grandes crise e estágios da economia brasileira: uma revisão da literatura para uma proposta de periodização. In : FARIA, L., et al. **Desvendando a espuma: reflexões sobre a crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre : Fundação de Economia Estatística.
- FARIA, L. (1995). Uma análise de história monetária para a inflação brasileira. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.16, n.1.
- FARIA, L. (1996). Fordismo periférico, fordismo tropical y postfordismo: el camino brasileño de acumulación y crisis. **Ciclos**, Buenos Aires, v.4, n.10.
- HARVEY, D. (1992). **Condição pós-moderna**. São Paulo : Loyola. (1.ed., 1989).
- HOBSBAWM, E. (1995). **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo : Companhia das Letras. (1.ed., 1994).
- LEVI-STRAUSS, C. (1973). **Raça e história**. Lisboa : Presença. (1.ed., 1952).

- LIPIETZ, A. (1983). **Le monde enchanté**: de la valeur a l'envol inflationiste. Paris : La Découverte.
- LIPIETZ, A. (1988). **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo : Nobel. (1.ed., 1985).
- LIPIETZ, A. (1997). O mundo do pós – fordismo. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.4.
- MARX, K. (1983). **O capital**: crítica de economia política. São Paulo : Abril Cultural. (1.ed., 1867).
- MUSACCHIO, A. (1997). Hacia un sistema productivo europeo? tiempo y espacio del mayor esfuerzo de integración contemporaneo. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.4.
- POLANYI, K. (1980). **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro : Campus. (1.ed., 1957).
- SANTOS, M. (1997). **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico – científico informacional. 3.ed. São Paulo : Hucitec. (1994).
- WRIGHT, Erik Olin et al. (1993). **Reconstruindo o marxismo**: ensaios sobre explicação e teoria da história. Petrópolis : Vozes.

Abstract

Modern History has shown several changes in the relation of capitalism with time and space. In this particular relation, the speed of time is increasing and the experience of space is enlarging. Following Fernand Braudel's ideas and comparing them with those of G. Arrighi, this paper will focus this special relation with the space as a consequence of the development of the market, from the local ones at the end of the Middle Age to the national fordist ones in XXth Century. With respect to time, Regulation Theory's concept of modes of development, as Arrighi's one of accumulation regimes, have made a periodization of capitalist history that shows the succession of those periods as a result of the cyclical nature of this mode of production. Contemporary times are experiencing another moment of cyclical transition, as the previous ones amidst a crisis that accelerates historical time. The direction of this change can be seen in the processes of globalization and economic integration and repeats the same pattern of enlarging economic space and accelerating time.